

O pensamento político-social marxista no Brasil – posições e filiações sobre o atual projeto de formação da classe trabalhadora

NÚBIA FERREIRA RIBEIRO*

Há consenso entre os historiadores que as ciências sociais se conformaram a partir do projeto iluminista com o objetivo de interpelar sobre a vida presente ao mesmo tempo em que tendia ao espriamento ideológico da ideia de progresso, liberdade, bem-estar, convivência pacífica etc., consolidando junto com as ciências da natureza um modelo de sociedade. Na contramão dessa perspectiva alguns analistas sociais situaram-se como críticos a esse modelo interpretativo e já no século XVIII expressaram indignação com os rumos do processo revolucionário que mundializou o capitalismo burguês. Gracchus Babeuf¹ (1760-1797) tanto por meio de seus escritos quanto de ações políticas fundou uma crítica à sociedade capitalista que em muito contribuiu para a constituição do legado teórico-metodológico criado a partir de Karl Marx.

Concebida nesse contexto de transformações e críticas a Sociologia alcança *status* de ciência no fim do século XIX, quis, a partir daí, explicar as transformações sociais no conjunto da formação da sociedade industrial moderna, capitalista e burguesa, produzindo técnicas próprias de investigação e amalgamando um *corpus* teórico que ambicionou oferecer uma interpretação adequada sobre a sociedade e assim dizer ao homem moderno o caminho mais acertado para a sua vida. Concordando com Martins (2011, p. 25) pode-se dizer que o pensamento político e social expressa o desenvolvimento das diferentes formações sociais tanto na sua luta por hegemonia quanto na busca de compreensão sobre si. Fernandes (1980, p.19-20), observa que a problematização teórica e prática da Sociologia e dos seus campos fundamentais exige que a apreendamos como totalidade, isto é, como uma realidade complexa e articulada, mediada e contraditória. E, neste sentido, considera-la tanto em sua tendência burguesa quanto em sua tendência de crítica à ordem estabelecida.

As ciências sociais mantêm, desde sua origem, importantes linhas de investigação radicadas a partir de diferentes tradições interpretativas, compreendendo que essas linhas de investigação ao avaliarem internamente o campo o fazem também por caminhos distintos.

* Professora-adjunto da Faculdade de Educação da UFG – Goiânia/GO.

¹ Estudos mais recentes sobre a imaginação social crítica consideram Babeuf o primeiro militante comunista, embora naquele período essa denominação não existisse com a carga conceptual recente. K. Marx e F.Engels reconheceram nele o precursor do partido comunista e o primeiro militante comunista. E para Rosa de Luxemburgo ele foi o precursor do primeiro levante revolucionário dos operários. Cf. K. Marx e F. Engels. Manifesto Comunista; organização e introdução Oswaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 2010.

Nessa trajetória é importante ressaltar o refinamento atual das linhas de investigações, estudos e debates sobre a organização da sociedade e suas implicações, presentes nos incontáveis rituais de interação², promovidos pelos distintos grupos interessados em explicar e dar rumo à sociedade por meio da avaliação científica.

Neste trabalho serão mapeadas as tendências críticas sobre a sociedade, vinculadas ao marxismo, observando como têm se organizado dentro da ordem. Em outros termos, quanto o pensamento crítico da sociedade fundamentado no legado marxiano e marxista, no interior das ciências sociais, sobretudo as que se estabeleceram nas universidades, têm polarizado com o pensamento dominante. Por meio desta investigação, é analisado como as atuais pesquisas na área das ciências humanas e sociais têm contribuído para o desenvolvimento teórico e metodológico do pensamento marxista e como esses trabalhos abordam a temática da educação/formação da classe trabalhadora.

Considerando que os problemas suscitados pela vida social mobilizam certos grupos sociais com o objetivo de favorecer a difusão de conteúdos morais e práticos cotejados como corretos para a vida humana, é fundamental que sejam retomadas as reflexões gramscianas sobre o problema do intelectual, principalmente quando a questão levantada diz respeito à formação da classe trabalhadora.

Para Gramsci (2000), toda forma de organização econômica cria para si, ao mesmo tempo em que se estrutura, uma ou mais camadas do que o autor chamou de intelectuais orgânicos, cuja principal função social é a de dar homogeneidade e consciência à própria classe da qual são representantes, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político. Cabe a esse grupo organizar a cultura em acordo com a visão de mundo da classe social que representa. Para o autor embora todos os homens exerçam um mínimo de atividade intelectual criadora, mesmo nas atividades mais mecânicas e degradantes, apenas alguns exercem a função de intelectual, isto é, tomam para si, no conjunto das relações sociais, a tarefa de promover a conquista ideológica.

² Randall Collins em: *The Sociology of Philosophies – A Global Theory of Intellectual Changes* (1998), na Introdução e nos Capítulos I e II apresenta uma curiosa abordagem sobre como ideias que tiveram e ainda têm importância histórica circulam para além dos meios restritos onde foram criadas. Do ponto de vista do autor, isto é possível porque ao formar um grupo os indivíduos reunidos se comprometem com um objeto, um objetivo e também com uma ação, tornam-se cientes que ele e o outro estão mantendo essas diretrizes. Compartilham disposições, isto é, emoções em comum. Quanto mais tempo juntos maior a pertença entre os membros do grupo, criam juntos certos símbolos que os identificam: obrigações morais, linguagem discursiva e outros comportamentos que permitam ao membro do grupo carregar a energia do grupo para além das fronteiras do próprio grupo. Encontros como ANPED, ANPAE, ANPOCS, ANPUH – nacionais e regionais – assim como em Simpósios, Debates, Mesas etc., indicam algumas atividades realizadas entre pesquisadores acadêmicos que dão conta da circulação dessa energia.

Os argumentos apresentados por Gramsci permitem perceber a intrincada relação entre as bases materiais de produção e as produções intelectuais de cada período histórico. Nesse sentido, a sociedade capitalista, burguesa, complexa e antagônica criou tanto intelectuais representantes da ordem quanto aqueles que criticaram e mesmo rejeitaram a ordem estabelecida.

As ciências sociais, aqui no Brasil, empenharam-se em analisar a sociedade brasileira, considerando as duras transformações a que fora submetida para encontrar-se consigo mesma e ajustar-se na cena mundial, não sem as polêmicas que acompanham o desenvolvimento dessa área do conhecimento, isto é, os embates com a filosofia, a literatura, as ciências naturais e internamente entre as diferentes tradições teórico-metodológicas que fundamentam diferentes abordagens sobre o atual estágio de desenvolvimento da humanidade.

Perceber-se como nação, encontrar o elemento de identificação nacional, o que lhe constitui e lhe torna diferente, eis um problema social agregador em uma sociedade que se via atrasada em relação às demais no que dizia respeito ao desenvolvimento econômico – processo de industrialização e expansão comercial – e político-social dada permanência das formas tradicionais de relações profundamente impressas em suas instituições.

Os primeiros esforços sistemáticos da intelectualidade brasileira na busca da unificação política e consolidação das fronteiras, fundamentais para a edificação da autoimagem nacional, ganharam força com os debates ocorridos a partir dos anos de 1870 sobre a organização econômica e política do país, intensificados em torno de questões como: centralização-descentralização do poder administrativo – fundação e estabilização da república - e principalmente pela discussão sobre a abolição do trabalho escravo como forma de expressão econômica que, naquele momento, ganhou o reforço da luta partidária,

O intercâmbio e circulação das produções intelectuais estrangeiras, percebidos nesse período, permitiu a chegada do positivismo, do americanismo, do socialismo e do germanismo aos meios intelectuais do Brasil, entusiasmando fortemente as novas gerações. No século XIX, dentre as doutrinas europeias, tiveram ampla divulgação no Brasil o positivismo de Comte, o determinismo de Taine, o evolucionismo de Darwin e

de Spencer, o naturalismo de Ernst Haeckel, a crítica literária de Sainte-Beuve e Zola³. Este último, criador de romances inspirados no naturalismo, nas técnicas e descobertas científicas de sua época e também no emergente socialismo. Zola analisou o ser humano, a moral e a sociedade. Dois de seus trabalhos tiveram grande impacto no Brasil, quais sejam: “*J'accuse*” e “*Germinál*”. Especialmente sobre o primeiro é possível encontrar nos jornais de maior circulação, naquele século, em Minas Gerais, São Paulo e Recife debates sobre as repercussões externas do Caso Dreyfus e as implicações desse caso na organização política do Brasil.

Estudos recentes sobre os precursores e a gênese das ciências sociais no Brasil destacam que a partir dos anos de 1840 circularam por aqui as primeiras notas com ideias socialistas, isto é, escritos mais críticos sobre a estrutura organizativa da sociedade brasileira. Segundo Oliveira (2014, p.1), os primeiros registros do pensamento socialista vieram das reflexões de Antonio Pedro de Figueiredo (1814-1859) e de José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869). O primeiro escreveu sobre “ideais socialistas de promoção e aperfeiçoamento moral e material da humanidade. O segundo, apesar de ter participado da campanha de Simon Bolívar, (...) escreveu um livro chamado *O Socialismo*, no qual se dizia contrário aos ideais [utópicos], mas pelo menos o explicava como uma tentativa de tornar o gênero humano uma só família”. Para Oliveira, o debate sobre essas questões esquentaram aqui no Brasil a Câmara dos Deputados, principalmente a partir das repercussões da Comuna de Paris em 1871. A articulação do movimento operário europeu promoveu maior clareza quanto à situação da estrutura social, política e econômica brasileira, embora pouco compreendida em seus fundamentos.

Sobre os primeiros usos do ideário socialista no Brasil é importante lembrar que traziam como ponto de convergência a atitude reformista dos analistas sociais agrupados por Marx e Engels como socialistas utópicos. Até os anos de 1870 os mais conhecidos foram: Robert Owen e Charles Forrier, popularizados a partir de Recife quando da chegada de Louis-Léger Vauthier, engenheiro contratado pela elite pernambucana para dirigir uma série de obras públicas voltadas para a modernização local, entre as quais o Teatro Santa Isabel com o objetivo de oferecer aos membros

³ Do ponto de vista de Cury (2008, pp.), Zola é o protótipo do intelectual moderno. Ele tem a formação dos homens de letras, mas volta o olhar para o mundo. Desconfia do poder instituído, mas se põe em debate com ele. Se notaliza por tomar a frente de uma discussão, mas é protegido pelos seus pares que socializam a responsabilidade pela publicação. Essa autora analisa o sentido do intelectual moderno a partir do Retrato de Zola pintado por E. Manet.

daquela aristocracia um espaço para demonstrarem sua elevada condição civilizada. Sob a sua orientação foram construídas pontes, escolas, estradas para a circulação do açúcar e do algodão com vistas à exportação dessas mercadorias.

Vauthier viu-se diante de uma situação curiosa uma vez que os seus conhecimentos técnicos foram contratados para modificar a paisagem urbanística de uma localidade que se abria para a modernização fundada nos valores burgueses de ordenação econômica, política e social, mas mantinha o trabalho escravo como unidade econômica. Por meio de um diário, publicado posteriormente, confrontou seus aportes filosóficos fundados no humanismo e no socialismo com as condições econômicas, sociais e culturais verificadas por meio de observações sobre a comunidade local e também em suas viagens pelo estado. Observou que a condição do negro escravizado era degradante e muito pior que a situação sub-humana observada entre os primeiros operários europeus. Mas adotou uma postura de condescendência em relação à escravidão afirmando que aquela situação de crueldade humana era forçosa para a economia brasileira daquele momento, baseando suas conclusões na teoria dos movimentos e dos destinos gerais de Fourier que determina as etapas a serem superadas pela humanidade.

A presença do socialismo utópico fez-se perceptível também nos jornais das cidades em que o processo de urbanização/industrialização dava seus primeiros passos. Os textos publicados nessas localidades traziam franca preocupação com o “grave problema social brasileiro” e admitiam a intervenção do governo, fundamental tanto para a superação do problema, isto é, fim da escravidão, quanto para a manutenção da ordem. Da década dos anos 1870 até 1888, com a abolição do trabalho escravo, assumir uma postura socialista era antes de tudo defender as reformas sociais, a república e a democracia e opor-se severamente às ideias radicais dos comunistas, o que levou os representantes dessa tendência a se autodenominarem societaristas. Essa nomenclatura os afastava de vez da crescente presença do socialismo moderno, mais próximo dos anarquistas e comunistas marxistas ou do socialismo científico. Apesar dessa rejeição aos fundamentos marxistas, ecoavam notícias da liga operária e também punham em circulação novos termos como: partido de classes; classes laboriosas; emancipação do proletariado. A crescente presença dos estrangeiros na consolidação da primeira fase de industrialização no Brasil separa com mais clareza projetos reformistas de projetos revolucionários, mesmo assim, mantém certa ilusão conciliatória visível na conformação e criação, em 1922, do Partido Comunista Brasileiro.

A despeito dessa grande movimentação de ideias muitos intérpretes daquela conjuntura brasileira não perceberam a importância da absorção desses fundamentos filosóficos e teóricos para que intelectualidade local criasse base científica de análise sobre os problemas sociais brasileiros. Coetâneo foi o processo de conformação de um campo científico voltado para as questões sociais e de uma crítica especializada sobre essa produção. Do ponto de vista de Sílvio Romero, por exemplo, “(...) a juventude tinha raramente uma inspiração própria, nacional e brasileira”. Para José Veríssimo faltava uma educação superior fundada nas ciências modernas. Joaquim Nabuco imputava à escravidão a “anarquia moral do país e sua incapacidade de transformação social”. (Cf. MORSE, 1990, p. 138).

Em análise recente sobre a circularidade de ideias no final do XIX e início do XX, Colares e Adeodato (2011, p. 40), afirmam que os “homens de letras,” aqui no Brasil, empreenderam grandes esforços para compreenderem os autores estrangeiros e as reflexões críticas por eles procedidas. Para esses autores, os esforços, “(...) foram imprescindíveis para as novas ideias que surgiam. Ao lado da vertente cientificista se expandiu um sentimento nativista, não mais voltado para o exótico, mas para uma tentativa de descoberta das diferenças culturais do Brasil em relação à Europa”.

Ainda na entre fase, século XIX para o XX, Paulo Egídio de Oliveira Carvalho popularizou Spencer, Darwin, Lombroso e Durkheim, por meio de artigos divulgados no Jornal Correio Paulistano e posteriormente oferecendo cursos livres sobre a Criminologia e a Sociologia do Direito em Durkheim. Enlaçado pelo movimento do positivismo sociológico, defendeu apaixonadamente a Sociologia como a ciência capaz de dar a compreender a sociedade e oferecer elementos à ação do homem de Estado. A formação jurídica de Paulo Egídio não impediu que subordinasse os estudos do Direito aos estudos da Sociologia. Contrariando a tendência da época de seguir e divulgar a teoria da Criminologia de Lombroso – aqui no Brasil seguido por Tobias Barreto e Nina Rodrigues – Egídio preferiu aprofundar seus estudos em Durkheim, inserindo o debate sobre a Criminologia a partir do problema durkheiminiano que apresenta como questão o caráter normal do crime.

No plano de estudo de Paulo Egídio era fundamental conhecer a teoria do método objetivo em Durkheim e perceber como ele a aplica no crime e por fim, proceder a uma retificação das conclusões daquele autor. Egídio discordava da conclusão de Durkheim sobre caráter normal do crime. Como consideração final do seu trabalho Paulo Egídio discute a relação entre progresso e criminalidade defendida por

Durkheim, observando que esse autor tratou apenas dos dados estatísticos franceses sem considerar as estatísticas de outras localidades. Nesse aspecto Egídio toma partido da teoria lombrosiana, aceitando as reflexões que notavam no criminoso características anormais que o diferenciava do homem comum, procedendo assim a retificação das afirmações de Durkheim sobre a normalidade do crime. A ciência positiva, do ponto de vista de Egídio, seria capaz de dar conta do caráter anormal do crime e a partir das concepções científicas elaboradas pela Sociologia Criminal seria possível organizar e aperfeiçoar o sistema penal. (Cf. SALLAS & ALVAREZ, 2000).

As conclusões de Paulo Egídio são reveladoras do seu compromisso político e intelectual com a elite paulistana e com a nascente República, tanto uma quanto a outra não estavam disposta a aceitarem os conflitos sociais inevitáveis no processo de conformação de uma sociedade industrial e capitalista. A hierarquização dos indivíduos e a maior capacidade de controle sobre as massas urbanas cabiam melhor no projeto de uma República Oligárquica e justificavam a criação de critérios diferenciados de cidadania para a população pobre considerada inapta para ser imediatamente incluída no projeto republicano. Por outro lado, é inegável o rigor metodológico da pesquisa empírica e na metodologia de exposição desse trabalho realizado por Paulo Egídio, muito superior à produção da época no campo dos estudos universitários, apresentando uma densidade teórica incomum sobre as questões e os problemas sociais.

Do ponto de vista de Salles e Alvarez (2000, p. 120), “(...) o ajuste do país à modernidade significava para as elites também a lida com o crime e a adoção de medidas ‘científicas’ para entender e tratar o criminoso e ao mesmo tempo proteger a sociedade. Paulo Egídio foi um lúcido representante dessas elites e das suas inquietações para a construção do que supunham ser essa sociedade civilizada”.

Com o fim do trabalho escravo e a instituição do trabalho livre a contradição fundamental nas relações sociais de produção no Brasil ganham novos contornos, antes nucleada pela relação escravo-senhor doravante pelo assalariado, mas do ponto de vista das relações efetivas a forma escravista de relações de trabalho permanece e é dissimulada na exploração do trabalho assalariado, que para a maioria dos alforriados aparece como um favor, um bem oferecido pela classe dominante. Essa forma societal, ao longo de sua história, tem submetido o moderno ao arcaico em todas as esferas de relações. E, nesse sentido, dificultou ou inviabilizou o diálogo com o movimento operário, que à época era incipiente.

A república instituída no fim do século XIX, confusa na forma e no conteúdo, não desagregou a intelectualidade brasileira no que dizia respeito ao projeto de edificação de uma sociedade civilizada e da construção de uma autoimagem do povo brasileiro que expressasse uma consciência de si e conseqüentemente uma consciência nacional. Mas já era significativa a mudança no estilo e no encaminhamento dos temas analisados.

Essas mudanças sugeriram também que as fronteiras entre o campo literário – mais artístico- e o campo científico – mais sistemático – tornaram-se mais visíveis, embora ainda não separadas. A nova geração, do início do século XX, se incomodou tanto com a formação ampla – voltada para a filologia, filosofia, saberes humanos gerais e descompromissados – quanto com a formação mais sistemática, laboriosa e metódica, exigidas pela ciência, – voltada para interesses práticos.

Euclides da Cunha, por exemplo, apresentou em 1900, o ensaio “Da Independência à República” por meio do qual chama a atenção para a existência de dois Brasis: no litoral urbanizado, com certo fôlego de industrialização e recebedor de benefícios e atenção da administração central e outro, no sertão, estagnado e longe do alcance do interesse e da ação governamental. Essa dicotomia foi desenvolvida pelo próprio Euclides da Cunha em *Os Sertões*.

Combinando conhecimentos geográficos, antropológicos, sociológicos, biológicos, históricos, literários entre outros e a experiência efetiva em Canudos, Euclides da Cunha põe lentes sobre o sertanejo e identifica nele a síntese do homem brasileiro. Para chegar a essa síntese Euclides da Cunha observa esse homem na sua terra e na sua luta interna – a sobrevivência – e externa – o conflito com o outro. Aportados em outras bases muitos escritores brasileiros trataram das questões regionais: do homem, da terra e de sua luta. Graciliano Ramos em 1938 com “*Vidas Secas*” e nos anos de 1950 o auge desse modelo interpretativo pôde ser observado em “*Grande Sertão: Veredas*”, de Guimarães Rosa.

Em “*Os Sertões*”, Euclides da Cunha relatou um misto de degradação e força que não conhecera em outros homens, percebeu a repulsa, o medo e o estranhamento entre dois mundos. Em várias passagens o autor apresentou preocupações quanto à diversidade étnica e o problema da mestiçagem no Brasil. Tendo como referência teorias evolucionistas, no início das expedições no sertão, via o mestiço com desconfiança apontando nele certo desequilíbrio emocional. Mais tarde, já embrenhado nos problemas daqueles homens, chega à síntese e conclui que esse mestiço, o sertanejo,

constituído na diversidade étnica e cultural e na adversidade geográfica e econômica se sobreporia aos mais fracos e daria conta do progresso e da conformação de uma civilização única e compatível com os elementos nacionais. Euclides entendeu, a partir dessa experiência, que a própria diversidade era o elemento congruente, integrador e formador da nação.

Um processo civilizatório básico se completa quando a mudança estrutural de uma sociedade é dinamizada para uma direção constante até se fazer perceptível tanto no desenvolvimento das forças produtivas quanto na estrutura psíquica dos sujeitos que constituíram essas estruturas sociais. Se havia a constatação de que o Brasil era cindido em extremos econômicos e culturais aparentemente inconciliáveis, o atrasado e o moderno, não haveria como formar e consolidar o Estado brasileiro sem que fosse promovida a integração desse povo e esta dependeria da identificação emocional e racional de toda a população. Integração e interação dependentes tanto do espraiamento do progresso quanto da superação de toda ordem de preconceitos sociais, culturais e econômicos.

Do nosso ponto de vista Euclides da Cunha é um marco importante, pois ao observar, historiografar e narrar personagens subjugadas no interior de uma guerra - que buscou reestabelecer o poder de uma recém-nascida república - deu voz a um mundo invisível aos olhos da elite dominante - para quem inclusive trabalhava - avaliou a situação como um republicano descrente da República local e sem nostalgia com o passado. Para Sena (1963) esse cientista/literato/técnico “(...) desejava sim que o Brasil fosse uma nação que, pouco a pouco, integrando-se em si mesma, atingisse a realidade de um imenso território e toda uma massa humana destituída, (...) levava consigo um sentimento de que a justiça, a compreensão fraterna, a liberdade, são elementos essenciais da dignidade humana”.

Merece observação também a fórmula intelectual de análise criada por Euclides da Cunha, a saber, a dicotomia da realidade brasileira, isto é, a coexistência de tempos distintos no mesmo tempo. Essa fórmula analítica passou a ser, ao longo da primeira metade do século XX, a estrutura básica do paradigma que por diferentes vias buscou explicar a permanência do Brasil em situação de colônia escravista (apesar da proclamação da República e do fim do trabalho escravo) e para o atraso ou lentidão no processo civilizatório. (Cf. SANTOS, 2002).

Essa dicotomia como base analítica permaneceu nas análises cepalinas, por exemplo, ao explicarem a relação entre países centrais e periféricos. Ou ainda, em

algumas pesquisas realizadas na FFCL/USP – tanto no Departamento de História quanto no de Sociologia e também as grandes pesquisas realizadas pelo CBPE e pelos CRPE e toda produção do ISEB. Esses grupos distintos e dedicados a compreender a realidade nacional a partir da década dos anos 1950 mantiveram os opostos como base analítica: desenvolvimento e subdesenvolvimento; moderno e arcaico; campo e cidade; industrial e agrário; alta cultura e cultura popular; espontaneísmo e disciplina; tecnologia e artesanato; racionalização e patrimonialismo.

Refletindo sobre a conformação das ciências sociais no Brasil e sobre a sociabilidade nos meios intelectuais que promovem a absorção e difusão de ideias, métodos, técnicas para a elaboração conceitual de um objeto observamos que outras personagens se encontraram nos fios do tempo, mudando gradativamente o ambiente intelectual no Brasil, institucionalizando as ciências sociais até marcar seu espaço e apartar-se das artes e da filosofia.

Ao analisar a produção intelectual do início do século XX, com o objetivo de traçar a trajetória do pensamento social brasileiro e seus modelos, Vianna (1997, p.181), considera que essa geração apresentava como preocupação central a conclusão do Estado Nacional e não a constituição de uma disciplina e muito menos de uma estrutura teórico- metodológica científica que elevasse a capacidade interpretativa do pensamento social brasileiro.

Vianna (1997) não vê nas categorias dicotômicas de análises uma base paradigmática das ciências sociais no Brasil. A exposição das polarizações ou dicotomias, em si, não indicava que quem as expunha aprofundava sistematicamente, por meio de métodos e técnicas de investigação, as questões práticas postas pela realidade. Perceberam apenas nessa categoria o nó a ser desfeito pela classe dirigente para dar continuidade ao seu projeto social. Nesse caso, as ciências sociais alimentavam os recursos ideológicos da elite – tradicional ou nova – e certamente não foram tomadas como lugar de compreensão racional da vida em sociedade. A interação e a sociabilidade entre a intelectualidade da época visaram adequação do e no poder e não a constituição de *ethos* científico.

A propósito do mesmo período, Morse (1990) encontra outros interlocutores para discutir a gênese da imaginação social do Brasil. Esse autor atribui ao movimento modernista de 1922 o fornecedor do impulso para a emergência das ciências sociais. O olhar caleidoscópico de Morse, a partir de seus estudos de história comparada para triangular as identidades da América Latina, percebeu que os intelectuais brasileiros,

apesar de seus esforços, não estavam seguros quanto ao impacto do processo de industrialização. Para o autor, os escritos dessa intelectualidade carregavam um misto de intuição e insinuações significativas, mas não havia até então a consolidação de um quadro representativo da sociedade brasileira e nem do Estado. Naquele momento não se fazia necessário um empirismo minucioso e muito menos a criação/adaptação de métodos e sistemas científicos. Faltava àquela intelectualidade, do ponto de vista de Morse, “o pré-requisito”, isto é, “um discurso flexível e consensual, uma linguagem brasileira adaptada às circunstâncias nacionais. (...) Esta missão foi assumida pelos modernistas nos anos 20”. (Cf. MORSE, 1990, p. 147).

Ao expor seus argumentos sobre esse lugar que atribuiu aos modernistas dos anos 1920, Morse não deixou de observar o lugar social ocupado por essas personagens na relação com o poder instituído. O autor chamou atenção para o dinamismo e vigor da cidade de São Paulo, para sua hospitalidade com os estrangeiros e indiferença com os caboclos e ex-escravos, para os elementos patriarcais ainda ativos ao mesmo tempo em que os estratos mais elevados, dos quais os modernistas eram membros, cultivavam uma polidez aos moldes da cultura francesa. Mas o interesse do autor é o de ressaltar como esse grupo buscou estabelecer um ponto de partida viável para lapidar a autoimagem – ao estilo de Montaigne: “*Que sais-je?*”. Buscaram a identidade brasileira e a sua própria como membros de uma sociedade que compartilha experiências que fazem sentido para si e certamente são ininteligíveis para o estranho.

Para Morse esse foi o mergulho dos modernistas. Voltar-se para si não para encontrar o erro que está no outro e que justificaria o desencontro coletivo, mas como aquele que busca o sentido da experiência na memória coletiva sobre o passado para a composição do presente. Morse sugere que aqueles modernistas, os primeiros, validaram questionamentos implícitos, mas não forneceram respostas explícitas ao gosto das ciências. O entrelaçamento social entre a intelectualidade brasileira advindo do modernismo se fará perceptível em toda a história seguinte do pensamento político social brasileiro.

A década dos anos 1920 foi marcada também pela radicalização do pensamento social e político tanto no Brasil quanto em toda América Latina. Entusiasmados pela Revolução de Outubro, em 1917 e pela organização do *Komintern*, em 1919, certo número de intelectuais ligados aos sindicatos e às ligas de trabalhadores aderiram ao marxismo como instrumento teórico para a compreensão da opressão e da miséria a que estavam submetidos os trabalhadores do país. Dentre eles destacou-se

Astrojildo Pereira, que ainda muito jovem aproximou-se do movimento anarquista e passou a atuar politicamente tanto em campanhas para libertação de presos políticos quanto na produção de artigos que analisaram criticamente temas políticos nacionais sobre o operariado brasileiro e sobre questões internacionais originadas na emergência da maior coesão do capitalismo internacional.

Ao longo desses anos Astrojildo Pereira aprofundou sua relação com o movimento operário com o objetivo de “construir outra hegemonia”. Segundo Mazzeo (2014, p. 47), “(...) um jovem intelectual que de crítico de uma sociedade autocrática rapidamente se transforma em lúcido militante libertário e anticapitalista”. Em 1921 participou ativamente da fundação do Grupo Comunista que, em 1922, fundaria o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Desse período em diante Astrojildo Pereira redobrou seus esforços em favor da organização político-partidária e da absorção da teoria marxista no Brasil. Nesse processo de constituição de um intelectual orgânico da classe operária Astrojildo Pereira apresentou incansável preocupação quanto à formação do sujeito revolucionário, que segundo seu entendimento se daria por meio da articulação da cultura. A formação do sujeito revolucionário deveria ser a síntese do engajamento político, de mais tempo de escolarização e de qualificação para o trabalho. Preocupado em produzir uma análise marxista sobre a realidade brasileira. (Cf. MAZZEO, 2014). Mas os expoentes políticos e ideológicos da classe trabalhadora foram calados em distintos momentos da história brasileira. A absorção teórica do marxismo, aqui no Brasil, subjugou-se a ação política, quase sempre de caráter conciliatório, diminuindo a preocupação com a formação do sujeito revolucionário. Nem partido, nem escola para a classe trabalhadora.

Outra base não institucionalizada do pensamento político social no Brasil se percebe entre os educadores dos anos da década de 1920. O movimento dos educadores, iniciado por volta de 1921 no Rio de Janeiro, compunha-se de intelectuais autodidatas no que diz respeito ao conhecimento sobre educação – eram médicos, advogados em sua maioria. De acordo com Silva (2002), esses intelectuais da educação “(...) foram os primeiros a utilizar o pensamento sociológico sistemático na análise da educação brasileira”. Antes dela, Fernandes (1977), afirmou que no setor da inteligência brasileira os educadores foram os primeiros a enfrentar os problemas postos pela nova situação, propondo reformas que ajustassem o ensino brasileiro a uma ordem social democrática.

Os envolvidos nesse movimento passaram a tratar a educação a partir de esquemas científicos tanto da sociologia quanto da psicologia e muitas vezes dos

repertórios da área médica. Os intelectuais da educação dos anos de 1920 encontraram na educação uma forma de legitimar suas posições em relação às obrigações do Estado.

Mas o peso da confusa República se fez sentir. A insatisfação da elite urbana, as pressões populares, a falta de estrutura básica, o crescimento do analfabetismo entre outros inúmeros problemas de ordem estrutural e administrativa confluiu no movimento político militar de 1930 que se consolida com a tomada do poder pelo grupo insatisfeito e bem articulado que instituiu uma forma autoritária de Estado.

Criadas pouco depois do estado de São Paulo ser derrotado pelo governo central a Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP – (1933) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL/USP – (1934), são consideradas as primeiras experiências de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Nelas, a sociologia⁴, em particular, ganhou um espaço institucional e *status* de disciplina acadêmica. A ELSP desde sua criação⁵ apresenta-se como um lugar de *policy science*, um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, com o objetivo de formar uma elite dirigente diferenciada, possuidora de conhecimentos técnicos das coisas públicas a partir de uma formação intelectual capaz e coloca-los à frente do Estado. A Escola de Chicago foi a principal referência, dedicando-se aos estudos sobre comunidades (retomados nos anos de 1950 no CRPE) e introduzindo métodos novos, como os *surveys*.

Entre as diversas vezes que Florestan Fernandes examina o desenvolvimento do pensamento social brasileiro é na coletânea “A Sociologia no Brasil” (1977), que apresenta sua primeira filtragem sobre o que seria uma investigação sociológica ou um trabalho científico nas ciências sociais. Para o autor, a inexistência da sociologia como um saber específico tanto no século XIX quanto no início do XX, especialmente até os anos 1930, promoveram distorções e deficiências na análise da realidade brasileira, classificando toda a produção intelectual até esse período como sendo uma ensaística histórico-sociográfica a partir de dados incompletos e interpretações assistemáticas. No mesmo trabalho afirma que a transformação desse modelo de análise em investigação positiva, pesquisa de campo e análise sistemática sobre os dados teve início com

⁴ Silva (2002, p.67) considera importante lembrar que antes da criação da ELSP e da FFCL- USP – a sociologia já havia sido incluída nos currículos das Escolas Normais e em algumas Faculdades de Direito. Além disso a atividade do sociólogo –autodidata – tinha encontrado espaço de atuação no Museu Paulista e no Departamento Municipal de Cultura (1935), implementado por Paulo Duarte, Sérgio Milliet e Mário de Andrade.

⁵ Criada pela Federação das Indústrias de São Paulo, idealizada por R. Simonsen. A ELSP apesar da sua importância não recebeu reconhecimento do MEC nos tempos de Capanema por não submeter seu currículo às diretrizes oficiais.

Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque e se completou com o trabalho dos estrangeiros para a consolidação das instituições de ensino universitário.

Também problematizando a questão do intelectual na e para a conformação das ciências sociais, Guerreiro Ramos (1996), propôs que a Sociologia fosse um “saber de salvação”, uma atitude engajada capaz de “resgatar o homem ao homem”, ao que denominou de “redução sociológica”, afirmando que se em Weber a vocação científica não se confunde com a vocação política, para ele a vocação política dá à ciência a sua razão de existir. Em outras palavras, é a vida dos homens em dada situação e em dado período que oferece à sociologia as condições necessárias para o seu desenvolvimento, ou seja, para a escolha dos temas que por ela serão tratados, assim como os recursos metodológicos que serão indispensáveis para a sua realização. Para Guerreiro, (1996, p.16), “(...) os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico, bem como com o nível cultural genérico de suas populações”. Aquele era o momento de criar uma Sociologia situada, nacional e datada, própria para a fase em que se encontrava o Brasil, uma sociologia para um país que tomava consciência de si.

Institucionalizada, as ciências humanas e sociais estiveram e estão sujeitas às determinações de classe. Nos espaços criados nas universidades ou em institutos formados a partir de professores e alunos das universidades são realizados debates sobre os processos políticos mundiais e o lugar do Brasil na dinâmica capitalista. Há momentos em que as pressões do capital sobre os trabalhadores deixam mais claras a luta entre as classes, situação que instiga os pesquisadores marxistas a examinarem os atuais recursos da classe dominante e dirigente para envolver a todos em seus projetos.

Atualmente, a exacerbada racionalização das atividades realizadas nas universidades, do ensino à exposição dos resultados das investigações, tem dificultado a composição de um projeto de formação para o sujeito revolucionário. O saber crítico e oposto à ordem estabelecida nem sempre fundamenta os projetos que dizem respeito à profissionalização e formação cultural dos trabalhadores. Não obstante, percebe-se que a depender das filiações teóricas, metodológicas e partidárias os marxistas apresentam posições diferentes e, em muitos casos, divergentes sobre qual projeto forma a classe trabalhadora com vistas à transformação radical das relações de produção.

Como a intelectualidade brasileira, agrupada nas universidades, tem dinamizado as produções científicas vinculadas ao pensamento marxista, qual o alcance dessas produções no que diz respeito à formação da classe trabalhadora e como se dá a apropriação dos referenciais teóricos e metodológicos do marxismo é o que desenvolveremos na próxima etapa desta pesquisa.

Referências:

COLARES, Camila; ADEODATO, João M.. *A obra de Sílvio Romero no desenvolvimento da nação como paradigma: da dicotomia entre o positivismo e a metafísica à adoção do evolucionismo spenceriano na transição republicana*. João Pessoa – PB-: PPGCJ, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A Natureza Sociológica da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980. (Ensaio, 65).

_____. *O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros*. Belo Horizonte, MG: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – Os Intelectuais; O Princípio Educativo; Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000. Vol. 2.

MARTINS, Carlos Eduardo. *O Pensamento Social Latino-americano e os Desafios para o Século XXI*. Comunicação & política, v.30, nº1, p.025-051.

MARX E F. ENGELS. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAZZEO, Antonio Carlos. Astrojildo Pereira. In: *Intérpretes do Brasil: Clássicos, rebeldes e renegados*. PERICÁS, Luiz B. e SECCO, Lincoln F. (org.). São Paulo: Boitempo, 2014.

MORSE, Richard M. *A Volta de Mc Luhanáima: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

RANDALL, Collins. *The Sociology of Philosophies – A Global Theory of Intellectual Changes* (1998). Introdução e Capítulos I e II. Tradução livre da autora.

SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César. *Paulo Egídio e a sociologia criminal em São Paulo*. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **12**(1): 101-122; maio de 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. 2000.

SENA, Jorge de. Conferência de Encerramento proferida na Semana Euclidiana, realizada em São José do Rio Preto – SP, em agosto de 1963.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.